

**MINUTA EDITAL PADRÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – Lei Federal nº 14.133/2021 e
Decreto Municipal 62.100/2022**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO: 6039.2026/0000828-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/04/2026 às 10:00 hs.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

**FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E
JULGAMENTO.**

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** Embasamento Legal;
- 2** Objeto;
- 3** Condições de participação e Vistoria;
- 4** Acesso às informações;
- 5** Impugnação do Edital;
- 6** Orçamento estimado;
- 7** Apresentação de Propostas e Preços;
- 8** Garantia de Proposta
- 9** Abertura da Sessão e Classificação Inicial da Proposta de Preços;
- 10** Etapa de Lances;
- 11** Modo de disputa aberto;
- 12** Julgamento;
- 13** Habilitação;
- 14** Fase Recursal;
- 15** Adjudicação e Homologação;
- 16** Preço, repactuação e Dotação
- 17** Condições do ajuste e garantias para contratar;
- 18** Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 19** Condições de recebimento e pagamento;
- 20** Penalidades;
- 21** Disposições Finais;

II ANEXOS

- ANEXO I:** Minuta do Contrato
- ANEXO II:** Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço
- ANEXO III:** Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III-A:** Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço
- ANEXO IV:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo
- ANEXO V:** Modelo de Declarações
- ANEXO VI:** Critérios para Análise Econômico-Financeira
- ANEXO VII:** Declaração de Enquadramento na situação de Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte e inexistência de fatos superveniente (Lei Complementar N° 123/06)

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela **SUBPREFEITURA DO IPIRANGA**, situada na **RUA LINO COUTINHO, 444 – IPIRANGA, SÃO PAULO – SP, CEP 04207-000**, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO ANUAL** objetivando a prestação de serviços descrita(s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - **UASG nº 925075 nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 10:00 hrs do dia 10/04/2026.**

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site: no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Subprefeitura Ipiranga.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, e das demais normas complementares aplicáveis.

2 OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.**

2.2 Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o quadro constante da cláusula 2.1, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, deverão observar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

2.2.1. A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Tratando-se de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação “não”, no campo próprio de que trata a cláusula 2.2, impedirá o prosseguimento no certame para o item.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO e VISTORIA

3.1 O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos.

b) possuir cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

b.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

b.2) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

c) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

d) não estejam sob processo de falência;

3.2 **NÃO** é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

e) OSCIPs atuando nessa condição;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

g) sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

h) sociedades cooperativas, conforme artigos 9º e 10º do Decreto 62100/2022.

3.2.1 Também **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação e da execução dos contratos dela decorrentes, agente público do(a) *Subprefeitura Ipiranga* e dos órgãos ou entidades que realizem contratações decorrentes deste, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de

interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.2.1.1 As vedações previstas na cláusula 3.3.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.4 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

3.4.1 *É vedada*, nesta licitação, a participação de licitantes sob a forma de consórcio, por não se revelar vantajosa à Administração Pública, considerando-se as especificidades do objeto contratado.

A possibilidade de participação por consórcios implicaria responsabilidade solidária entre os consorciados, especialmente quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que poderia acarretar riscos à contratação e à execução do contrato, com possíveis repercussões negativas para o cumprimento integral das obrigações contratuais.

Ressalta-se, ainda, que a **vedação à participação de consórcios não configura restrição à competitividade**, tendo em vista o perfil do objeto licitado e a existência de empresas aptas a participar de forma individual, com capacidade técnica e econômico-financeira suficientes para atender aos requisitos estabelecidos, em razão de o objeto tratar de serviços comuns de natureza continuada (limpeza, asseio e conservação predial), amplamente ofertados no mercado por empresas especializadas, não

demandando, portanto, a união de esforços técnicos ou operacionais que justifiquem a formação de consórcio. Ademais, a medida visa garantir maior competitividade, simplicidade na gestão contratual e responsabilização direta da contratada.

3.5 A Vistoria Técnica não é obrigatória, mas facultada e recomendada às empresas interessadas, para perfeito conhecimento dos locais, objeto da contratação, devendo ser previamente agendada com o setor de administração deste Subprefeitura pelo telefone: (11) 3540-0396 / (11) 3540- 0353.

3.5.1 As vistorias poderão ser feitas de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 11:00, conforme disponibilidade da unidade.

3.5.2 Por força da faculdade aqui concedida, as licitantes não poderão alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta ou do perfeito cumprimento do contrato a ser firmado com a Administração, ante a não realização de visita técnica.

3.5.2.1 Não haverá emissão de Atestado de Vistoria Prévia ou documento similar.

4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativas a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do sistema [compras.gov](http://compras.gov.br) ou endereço eletrônico: cplipiranga@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

4.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, cplipiranga@smsub.prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados na cláusula 5.1.1.a.

5.2 Caberá ao pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

5.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

- 5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.
- 5.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 5.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
6. **DO ORÇAMENTO ESTIMADO**
- 6.1. A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.
- 6.1.1. A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.
7. **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, com o **VALOR DO PREÇO GLOBAL ANUAL** com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema:
- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;

- c) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a elas equiparada;
 - d) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 7.2.** A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.
- 7.3** A licitante deverá consignar na sua proposta o Valor e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo II deste Edital
- 7.4** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.5** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos

decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.6 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

7.7 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.8 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, bem como:

- custos salariais, com observância das remunerações mínimas definidas para o piso de cada categoria envolvida na execução dos serviços ora licitados, devidamente firmado em acordo ou convenções trabalhistas celebradas entre entidades sindicais e patronais e de profissionais na cidade da prestação dos serviços;
- benefícios aos empregados, encargos sociais e tributários, Previdência Social, FGTS, Salário Educação, Sesi/Sesc/ Senai/Senac, Seguro Acidente de Trabalho, SEBRAE, PIS, COFINS, IRPJ, etc.;
- substitutos(s) para eventuais faltas e férias;
- custos de uniformes, materiais e equipamentos;
- benefícios e despesas indiretas, aí incluídas as despesas fiscais e o lucro da empresa, etc.

- 7.9** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 7.10** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, observado o disposto neste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 7.11** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.
- 7.12** A licitante primeira classificada deverá encaminhar em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como **a planilha de composição de custos – Anexo III-A e a Garantia de Proposta exigida na cláusula 8.**

8. GARANTIA DA PROPOSTA

- 8.1** A prestação da garantia de proposta, que trata o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, deverá respeitar o disposto na Portaria SF 76/2019, SF nº 338/21, alterada pela Portaria SF nº 268/24 e 8/2025.
- 8.2** O valor da garantia para o presente objeto será de **R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais).**

- 8.3 A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.4 Para garantia em dinheiro a empresa licitante deverá atentar-se aos procedimentos contidos da Portaria SF nº 76/2019, bem como item 2 do Anexo IX da mesma.
- 8.5 A garantia para licitar deverá ser apresentado juntamente com a Proposta e a Planilha de Composição de Custos, para análise e validação dos documentos comprobatórios, em conformidade com cláusula 7.12.
- 8.6 A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame;
- 8.7 A Comissão de Contratação da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes na garantia apresentada.
- 8.8 A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- 8.9 Somente será válida e aceita a garantia que após análise tenha a validação de seus documentos comprobatórios, sendo observados os itens de conformidade e as orientações presentes **no Anexo IX**, bem como os demais critérios constantes da **Portaria SF nº 76, de 22 de março de 2019 com as alterações da Portaria SF nº 08/2025**.
- 8.10 A garantia apresentada deverá constar todas as informações:
- 8.10.1.1 Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, município, telefone para contato, número do processo administrativo: 60.39.2026/0000828-0 desta licitação, número da licitação Pregão**

Eletrônico 90004/SUB-IP/2026, valor da garantia, objeto da licitação, e Validade Mínima De 90 Dias a partir da data da licitação.

9 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

9.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

9.3 Serão desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;

b) que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, que permitam a sua identificação;

9.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

9.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

9.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

10 ETAPA DE LANCES

- 10.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 10.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 11 deste Edital.
- 10.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **0,5% (meio por cento)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 10.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 10.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, será observado o que segue, para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme descrito na cláusula 2.1 deste Edital:

10.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

10.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

10.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na

hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

10.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.9 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

10.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.10.1 Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.

10.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.

10.11 Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será

desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.

10.12 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta e documentos conforme item **7.12** adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

10.13 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 MODO DE DISPUTA ABERTO

11.1 No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

11.2 A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

11.3 Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.4 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

11.5 Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

11.6 Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

12 JULGAMENTO

- 12.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 12.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.
- 12.3** Nesta fase, serão consultados os cadastros previstos no item **13.7**, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 12.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 12.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 9.3.
- 12.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 12.7** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a

proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como **a planilha de composição de custos – Anexo III-A e Garantia de Proposta conforme cláusulas 7.12 e 8.**

- 12.8** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 12.9** Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.
- 12.10** Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto à sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.
- 12.11** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

12.12 A ausência da apresentação da Garantia de Proposta implicará na desclassificação da licitante.

12.13 Considerada aceitável a oferta de **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL** passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

13. HABILITAÇÃO

13.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

13.2 A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

13.3 Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

13.3.1. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.3.2. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável, a partir de solicitação fundamentada.

13.3.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

13.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e
- f) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução SF/PGE nº 02/2013, ou a que suceder.

- e) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

e.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, regularidade perante a Fazenda Municipal

de São Paulo, se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

e.2) Caso a empresa não seja inscrita no Cadastro de Contribuição Mobiliários do Município de São Paulo, deverá apresentar, também, declaração sob as penas da Lei, no sentido de que não é cadastrada e de que nada deve a esta Municipalidade relativamente aos tributos relacionados com o objeto licitado – Anexo IV.

f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

13.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) Comprovação de boa situação financeira, conforme segue:

b.1) Apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b.1.1) Caso constituída a pessoa jurídica há menos de 2 (dois) anos, a exigência limitar-se-á ao último exercício social;

b.1.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

b.2) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) Demonstração dos seguintes índices econômico-financeiros, conforme Análise Econômico-Financeira – **Anexo VI**.

b.3.1) Considerar-se-ão habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes resultados para cada um dos índices conforme **Anexo VI**.

b.3.2) A licitante deverá apresentar, preferencialmente em papel timbrado, planilha com os cálculos utilizados para a obtenção dos índices, assinada pelo responsável legal e contador.

b.4) Comprovação de patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (*dez por cento*) do valor da proposta final apresentada pelo licitante.

13.5.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a anterior execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, demonstrando o bom desempenho na execução do serviço.

a.1) Entende-se compatível(eis) o(s) atestado(s) ou certidão(ões) que comprove(m), isoladamente ou somados, a execução de, no mínimo, 50 % do quantitativo estimado nesta licitação.

a.2) Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será admitido o somatório de atestados, desde que os serviços tenham sido executados de forma concomitante ou

em períodos que permitam aferir a capacidade operacional da licitante para o desempenho do objeto licitado.

a.3) Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços de natureza contínua, com dedicação de mão de obra, incluindo fornecimento de materiais, insumos e equipamentos necessários, de modo a evidenciar a aptidão da licitante para a prestação dos serviços em condições compatíveis com as exigidas nesta contratação, serviços de limpeza, asseio e conservação predial.

a.4) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

13.5.5. Outros Documentos:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios,

transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

e) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21; ou conforme anexo VII.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

g) Declaração que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

13.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no **ANEXO IV** do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

13.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

13.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

13.6.3 Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

13.6.4 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

13.6.5 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.5.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

13.6.5.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

13.6.6 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

13.6.7 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.6.8 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.6.9 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

13.7 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico

www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

13.7.1 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

13.8 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

13.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

13.8.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

13.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

13.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos

existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.8.4 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

14 FASE RECURSAL

14.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

14.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

- 14.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 14.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 14.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 PREÇO, REPACTUAÇÃO E DOTAÇÃO

- 16.1** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 16.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte,

etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

- 16.3** Os pedidos de repactuação, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços e acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

16.3.1 A planilha que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

16.3.2 A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço ou da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.

16.3.3 A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido e não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

16.3.4 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, observados os procedimentos previstos nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.

16.3.5 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

16.4 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem

16.5 Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação nº **53.10.15.452.3022.2.387.3.3.90.39.00** do orçamento vigente.

17 CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

17.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do **Anexo I** deste Edital.

17.2. **Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.**

17.2.1 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

17.2.2 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

17.2.3 Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em sua versão original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação, e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

17.3 O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.

17.3.1 O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3.2 O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e,

respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

17.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

17.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/e>

https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar – Subprefeitura Ipiranga.

17.4.3 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.5 A licitante vencedora:

a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

b) deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

c) deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

17.6 Deverá ser prestada garantia para contratar, nos termos do art. 125 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, com prazo não superior a 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade **CONTRATANTE** para este fim.

17.7 A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

17.8 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a **reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis**, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

17.9 O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.

17.10 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

17.11 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada,

que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

- 17.12** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 16.7.

18 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

- 18.1** A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo I) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

18.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo III deste Edital, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

18.1.2 O prazo de execução do contrato terá duração de **12 (doze) meses**, contados da data de início da execução, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - **Anexo I** deste Edital.

18.1.3 Caso a CONTRATADA não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

18.1.4 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

18.1.5 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à CONTRATADA o direito a qualquer espécie de indenização.

18.2 A **DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

18.3 Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

19 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

19.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, **Anexo I** deste Edital.

19.2 Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal 62.100/22, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

20 PENALIDADES

20.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22, bem como descrito no **Anexo II – Termo de Referência**, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

20.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

20.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, ou em assinar o Termo de Contrato dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

20.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

.20.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do item 20.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza

e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

20.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

20.4.1 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

20.4.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

20.4.3 Multa de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

20.4.4 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

20.4.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

20.5 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido ao Subprefeito, e protocolizado nos dias úteis, das 08:00 às 17:00.

20.6 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

20.7 Caso a CONTRATANTE releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

20.8 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

20.9 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

21.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

21.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

21.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

21.8 O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

21.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item

acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.8.2 Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail: *cplipiranga@smsub.prefeitura.sp.gov.br*

- 21.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 21.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da CONTRATADA, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 21.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 21.12** A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 21.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 21.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.
- 21.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será

automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

- 21.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 21.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico(https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
- 21.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 21.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio
- 21.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 21.21** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 25 de Março de 2026

Pregoeiro - (Indicação da Unidade)

ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XX/SUB-IP/2026

PROCESSO: 6039.2026/0000828-0

PREGÃO ELETRONICO Nº 90004/ SUB-IP/2026

1.1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO: R\$ _____ (_____).

DOTAÇÃO A SER ONERADA: _____

NOTA DE EMPENHO: _____

Termo de Contrato que entre si celebram o
Município de São Paulo, por meio
de (*indicar a Pasta ou unidade
contratante*), e a empresa.....

O **Município de São Paulo**, por sua (*indicar a
Pasta ou unidade contratante*), neste ato representada
por, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**,
e a empresa....., com sede na, nº,
Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas
Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu

representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls. , do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços será executada nos locais especificados no Termo de Referência – Anexo II, do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo de execução do contrato terá duração de **12 (doze) meses, com início após a assinatura do contrato**, ou no dia subsequente à sua assinatura

ou ordem de início, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

- 3.1.1** Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.
- 3.1.2** Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/22, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.
- 3.1.3** A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.
- 3.1.4** Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REPACTUAÇÃO

- 4.1** O valor total estimado da presente contratação para o período de **12 (doze)** meses é de R\$ _____ (_____).

- 4.1.1** O valor mensal estimado da presente contratação é de R\$ _____ (_____), correspondendo à remuneração dos seguintes itens:

Quadro da proposta

- 4.2** Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.3** Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº, no valor de R\$(.....), onerando a dotação orçamentária nº do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.
- 4.4** Os pedidos de repactuação serão analisados no prazo máximo de (45) dias, observado o procedimento previsto nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022.
- 4.5** Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.
- 4.6** O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF nº 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17 e, poderá ser substituído por meio de Decreto ou Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda e será

automaticamente aplicado a este instrumento, independentemente da formalização de termo aditivo de ajuste.

- 4.7** Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula **4.6** não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 4.8** Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.
- 4.9** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.
- 4.10** As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 4.11** Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1** São obrigações da CONTRATADA, todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital, e:
- a)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
- b)** Garantir total qualidade dos serviços contratados;

- c) Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO II do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
- f) Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;
- g) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- h) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
- i) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

- j) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
 - k) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.2** A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1** A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital, cabendo-lhe especialmente:
- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
 - b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
 - c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
 - d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento

dos materiais, manutenção e etc., realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- i) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/22;
- j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

- 6.2** A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 6.3** A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA

DO PAGAMENTO

- 7.1** Nos termos da Portaria nº 275/SF/2024 ou legislação vigente, o processo de liquidação e pagamento das despesas provenientes de compras, de prestação de serviços ou de execução de obras será formalizado pelo fiscal do contrato em expediente devidamente autuado, com a junção dos seguintes documentos, em ordem cronológica, conforme o caso:
- I – Cópia da requisição de fornecimento de materiais, de prestação de serviços ou execução de obras;
 - II – Nota Fiscal eletrônica de serviços ou nota fiscal eletrônica de venda de mercadoria-DANFE, recibo ou fatura, ou documento equivalente, conforme o caso;
 - III – medições detalhadas comprovando a execução das obras ou a quantidade produzida, no caso de serviço prestado por produção, relativas ao período a que se refere o pagamento;
 - IV – Ateste da nota fiscal eletrônica de serviços ou nota fiscal eletrônica de venda de mercadoria DANFE, recibo ou fatura, ou documento equivalente, conforme disciplinado no Art. 120, III, do Decreto Municipal nº 62.100/2022,

de acordo com ANEXO ÚNICO desta Portaria. 46 PAE Nº 6049.2025/0000135-1

V - Regularidade Fiscal e trabalhista perante os órgãos competentes contendo Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, prova de regularidade com o FGTS e as contribuições previdenciárias, além de outras certidões/documentos exigidos no edital para sua habilitação,

7.1.1. Na prestação de serviços continuados com cessão de mão de obra exclusiva, além dos documentos elencados no "caput" deste artigo, deverão constar os seguintes:

I - Relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

II - Folha de frequência dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento; I

II - folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato, do mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

IV - Guia do FGTS Digital - GFD com seu respectivo comprovante de pagamento, correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

V - Relatório de conferência "Detalhe da guia emitida" do FGTS Digital, com a relação de empregados correspondentes a GFD apresentada, do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

VI - Protocolo da DCTF WEB que demonstre os valores a recolher da Contribuição Previdenciária correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

VII - DARF gerado na DCTF WEB, com seu respectivo comprovante de pagamento, referente à contribuição previdenciária (INSS) correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

VIII - comprovante de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, relativos ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

IX - Comprovante do pagamento de vale transporte e vale alimentação nos termos da convenção coletiva, relativos ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

X - Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional, quando houver, ocorridos no mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

XI - comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços;

XII – no pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

XIII - Fichas de produção diária, planilhas resumo de horas, relatórios, entre outros, quando necessárias.

7.1.2. Devem estar discriminados detalhadamente nos documentos fiscais citados no inciso II do "caput" deste artigo, a razão social, CNPJ conforme nota de empenho, objeto contratado, o período a que se referem, a quantidade e o preço dos materiais e/ou a identificação dos serviços, com os correspondentes preços unitários e totais.

7.1.3. Na ocorrência de pagamentos em que haja fornecimento de materiais e/ou insumos, indispensáveis para a prestação de serviços objeto da despesa contratada, quando não pagas através de NFE DANFE de venda de mercadoria em nome do órgão pagador, tais valores devem constar no corpo da nota fiscal da prestação dos serviços medidos e atestados, não podendo ser admitidos outros documentos que não se configurem documentos fiscais legalmente instituídos, a exemplo notas de débitos ou recibos emitidos separadamente.

7.1.4 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012, sem prejuízo de eventual apuração.

7.2 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura e da documentação exigida na Portaria SF 275 e alterações.

7.2.1 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

- 7.3** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.
- 7.4** No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/12.
- 7.5** Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 124/12.
- 7.6** Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

- 7.7** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.
- 7.8** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.
- 7.9** Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
- 7.10** Por ocasião de cada pagamento, haverá retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), para fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, na forma estabelecida na IN RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, atualizada pela IN RFB nº 2.145, de 27 de junho de 2023.
- 7.11** Os demais procedimentos relacionados à liquidação e pagamento de despesas, obedecerão ao disposto na Portaria 275/SF/2024, suas alterações e demais legislações pertinentes.
- 7.12** Fica ressalvada, no entanto, a possibilidade de alteração das condições contratuais e de pagamento a fornecedores em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA OITAVA

DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

- 8.1** O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis
- 8.2** O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.3** A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.4** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 8.5.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 8.6.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.7** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

CLÁUSULA NONA

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1** A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo II do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 9.2** A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
- 9.2.1** A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 9.3** O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.
- 9.4** O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
- 9.5** Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.
- 9.5.1** O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo II, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS PENALIDADES

- 10.1** Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.3, com as seguintes penalidades:
- a) advertência;
 - b) impedimento de licitar e contratar; ou
 - c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 10.2.** São aplicáveis as sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais normas pertinentes. No que tange as multas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contratada estará sujeita às penalidades relacionadas no Termo de Referência e nas abaixo discriminadas:
- 10.2.1** Multa pela recusa em assinar o Contrato, quando cabível, ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso sem a devida justificativa aceita pela Unidade requisitante: 0,5% DO VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO POR DIA DE ATRASO, até o décimo dia.
- 10.2.1.1** Após 10 (dez) dias de atraso, será considerada recusa em assinar/retirar o contrato/nota de empenho: MULTA DE 20% DO VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO.
- 10.2.1.2** Incide na mesma multa prevista no item 10.1.1.1. a detentora que estiver impedida de assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados mencionados neste Contrato.

- 10.2.2** Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada.
- 10.2.3** Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor contratual.
- 10.2.4** Multa por dia de atraso para início da execução dos serviços conforme fixado na Ordem de Início: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor do Contrato, até o máximo de 10 (dez) dias, incidindo, após a multa por inexecução total do contrato.
- 10.2.5** Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços até o máximo de 15 (quinze) dias, incidindo, após a multa por inexecução parcial do contrato: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor mensal contratado.
- 10.2.6** Multa por descumprimento da cláusula contratual, por dia: 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal contratado.
- 10.2.7** Multa pelo não atendimento das exigências formuladas pela fiscalização, por dia, até seu cumprimento: 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração, sem prejuízo da obrigação de refazimento do serviço e/ou da devida glosa.
- 10.2.8** Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela

não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

- 10.2.9** As sanções são independentes. A aplicação de uma não exclui a das outras.
- 10.3** O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da PMSP. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.
- 10.4** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
- 10.5** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 10.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA GARANTIA

- 11.1** Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$, correspondente ao importe de **[5% (cinco inteiros por cento)]** do valor total do contrato, sob a modalidade, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, considerando o prazo previsto no item 15.6 do Edital.
- 11.1.1** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a **reforçar a garantia, no**

prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

- 11.1.1.1** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula 10.2 deste contrato.
- 11.1.2** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.
- 11.1.3** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.
- 11.1.4** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 11.2** A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de (.....) dias (**considerar o prazo necessário entre o término da execução contratual e o tempo necessário para o Recebimento Definitivo**), além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

12.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6 A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 12.7** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos no edital.
- 12.8** Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do pregão sob fls ____ e ____ do processo administrativo nº
- 12.9** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
- 12.10** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

- 13.1** Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, XX de xxxxx de 2026

**SUBPREFEITURA IPIRANGA
CONTRATANTE**

CONTRATADA

Nome:

RG:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

PROCESSO: 6039.2026/0000828-0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-IP/2026

Anexo II - TERMO DE REFERÊNCIA

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

2.2. Os serviços deverão ser prestados nas seguintes unidades:

01	Sede da Subprefeitura Ipiranga	Rua Lino Coutinho, 444 – Ipiranga – São Paulo/SP – CEP 04207-000
02	Estacionamento da Subprefeitura	Rua Lino Coutinho, s/n – Ipiranga – São Paulo/SP – CEP 04207-000 (em frente à sede)
03	Manutenção e Sistema de Drenagem Viário / Unidade de Varrição / Armazenamento	Rua Eugenio Falk, 657 – Jd. Previdência – São Paulo/SP – CEP 04292-110
04	Unidade de Áreas Verdes	R. Taquarichim, 88 - Vila Vera – São Paulo/SP – CEP 04015-012

2.3. Os serviços serão prestados nas unidades mencionadas, respeitando a jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, com intervalo diário de 1 (uma) hora para refeição. As escalas de entrada e saída serão estabelecidas e comunicadas previamente pela **CONTRATANTE**, conforme as necessidades operacionais.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

2.1 SERVIÇO CONTÍNUO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL:

2.1.1 A **CONTRATADA** será responsável pela execução dos serviços de forma contínua, fornecendo integralmente todos os insumos necessários.

2.1.1.1 Mão de obra qualificada e em número compatível com a demanda;

2.1.1.2 Todos os materiais de limpeza e saneantes domissanitários;

2.1.1.3 Materiais de higiene pessoal, como papel higiênico, papel toalha (inclusive para uso nas copas), sabonete líquido e álcool em gel;

2.1.1.4 Dispensers para papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, detergente e álcool em gel, com reposição sempre que necessário;

2.1.1.5 Equipamentos, utensílios e máquinas adequados à execução dos serviços, sob responsabilidade da **CONTRATADA** quanto ao fornecimento, manutenção e substituição, quando aplicável;

2.2 A **CONTRATADA** deverá abastecer todos os locais onde serão prestados os serviços contratados com produtos de higiene e de limpeza, na mesma

qualidade e especificações, e em quantidade suficiente para atender a demanda de utilização desses itens, durante toda a vigência contratual.

- 2.3** - Qualquer substituição ou instalação de acessórios nas instalações sanitárias (suporte para sabonete, dispensers) só ocorrerá com a autorização e o acompanhamento da **CONTRATANTE**;
- 2.4** Após o início da vigência contratual, a **CONTRATADA** se responsabilizará pela manutenção/conservação/instalação/troca desses acessórios de forma que estejam sempre em perfeitas condições de uso, observando-se a condição fixada neste termo de referência.
- 2.5** O início dos serviços ocorrerá no prazo previsto no edital, e, obrigatoriamente, a **CONTRATADA** deverá fornecer e estocar materiais de higiene, limpeza, equipamentos e utensílios necessários à execução dos mesmos em quantia suficiente para um período mensal, a fim de não prejudicar o bom desenvolvimento das rotinas de trabalho.
- 2.6** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar quantidade de colaboradores de modo a cumprir todos os parâmetros presentes neste Termo de Referência, observado o quantitativo mínimo constante no Anexo A
- 2.7** Os colaboradores deverão utilizar equipamentos de segurança EPI's no exercício de suas funções, tais como: luvas, botas, máscaras PFF2, entre outros, compatíveis com o nível de risco e/ou insalubridade, com o fim de se evitar a ocorrência de acidentes no trabalho, garantindo o uso constante e correto.
- 2.8** Os serviços contratados serão inspecionados, diariamente, por profissionais da **CONTRATADA** (encarregados, devidamente capacitados para executar a função) que avaliará os serviços efetuados, podendo determinar a imediata correção das eventuais falhas constatadas, sem prejuízo de eventual aplicação de penalidade caso a Administração apure que os serviços não foram executados dentro dos padrões contratados.
- 2.9** A limpeza da área de vidro com risco deverá ser efetuada com materiais e equipamentos apropriados, seguindo as normas de segurança vigentes, às custas da **CONTRATADA**.
- 2.10** A limpeza e polimento dos acrílicos deverá ser efetuada com materiais e equipamentos apropriados, como espanadores, água e sabão ou detergente, que não sejam abrasivos, pano macio, a fim de evitar riscos no material.
- 2.11** Para os serviços de lavagem a seco de tapetes e limpeza de vidros externos, face externa, a **CONTRATADA** disponibilizará equipe(s) qualificada(s) e especializada(s) para a realização dessas atividades específicas, com a utilização de maquinários e produtos apropriados, dentro da periodicidade estipulada e em dias pré-determinados pela **CONTRATANTE**, sem causar prejuízo à execução dos serviços diários.
- 2.12** Os serviços deverão ser executados nos locais e horários mencionados neste Termo de Referência, porém, na condição de que sejam prestados sem

interferir o bom andamento das rotinas desenvolvidas pela **CONTRATANTE**;

2.13 A prestação dos serviços observará os seguintes horários:

2.14 De segunda à sexta-feira, conforme horário estabelecido pela **CONTRATANTE**.

2.15 Aos sábados não haverá expediente, exceto de acordo com a necessidade e interesse da Administração, ficando a critério da fiscalização do contrato estabelecer regime de compensação através de folgas ou jornadas reduzidas.

2.16 Dos Consumíveis para atender todas as Unidades citadas no item 1.2:

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE DE CONSUMO		
			MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL
1	Papel higiênico: folha dupla, na cor branca, macio, 100% fibra de celulose, picotado, neutro, em rolo 600 (seiscentos) metros classe I, (referência marca Neve ou similar)	rolo	160		
2	Papel toalha: Bobina medindo 20 X 200 X 60 cm, 100% celulose virgem, gramatura igual ou superior a 28 g/m ² , picotado, macio, absorvente, homogêneo, na cor branca, classe I. O produto não poderá esfarelar durante o uso (referência marca Scott ou similar)	rolo	300		
3	Sabonete líquido: odor característico com perfume, líquido, transparente, biodegradável, PH neutro (7,0) com teor de agente surfactante, produto hipoalergênico e dermatologicamente testado, antibacteriano (referência marca Protex ou similar) - Galão de 05 litros	galões	6		
4	Álcool em gel 70° INPM, (higienizador de mãos), gel incolor, límpido, livre de sedimentos, odor característico de álcool, pH entre 5,0 a 9,0, solúvel em água, antialérgico, densidade 0,86 a 0,88 g/cm ³ , hidratante (referência marca Asseptgel ou similar) - Galão de 05 litros	galão	4		

5	Álcool etílico hidratado na concentração de 70º INPM (70% em peso), incolor, neutro, livre de sedimentos, odor característico de álcool, indicado como antisséptico tópico e desinfecção de superfícies fixas - Galão de 05 litros	galão	4		
6	Desinfetante, com alto poder bactericida e germicida, com alto rendimento na desinfecção e limpeza de sanitários, ralos, pisos, azulejos e demais superfícies laváveis, fragrância agradável, isento de material estranho, líquido límpido, com registro na ANVISA - Galão de 05 litros	galão	6		
7	Cloro líquido concentrado/hipoclorito de sódio e água. Terno de cloro ativo 3,0 a 3,5%, com registro na ANVISA - galão de 05 litros	galão	5		
8	Cera líquida incolor, alto-brilho para piso, composição básica: parafina, cera de carnaúba, cera de polietileno, emulsificante, plastificante, perfume e alcalinizante - Galão de 05 litros (para pisos de madeira e cerâmica)	galão	4		
9	Detergente líquido, neutro, glicerinado, biodegradável e dermatologicamente testado, com registro na ANVISA - Galão de 05 litros	galão	5		
10	Saponáceo cremoso. Que limpe superfície de inox, esmaltadas, fórmicas e cromados, louças sanitárias, torneiras e fogões. Composição mínima: tensoativos aniônicos e não iônicos, espessantes, alcalinizantes, abrasivo, preservante, pigmentos, fragrância e veículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio - Frascos de 200 ml	frasco	8		
11	Lustra móveis multisuperfície. Embalagem de 200ml. Composição mínima: silicone, emulsão de cera de polipropileno, coadjuvantes, espessantes, fragrância e água.	frasco	8		
12	Esponja dupla-face para limpeza de superfícies e utensílios em geral para lavagem, unidas com resina a prova d'água, nas cores verde e amarela, med. aprox. 110x75x20mm, sendo uma face macia e outra abrasiva (marca Scotch Brite ou similar)	unidade	20		

13	Limpador multiuso (para limpeza de cozinhas, banheiros, pias, azulejos, plásticos e esmaltados, fogões e superfícies laváveis. Indicado para remover gorduras, fuligem, poeira, marcas de dedos e saltos, riscos de lápis). Composição mínima: aquil benzeno sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, essência e água - Galão de 05 litros	galão	4		
14	Sabão em barra glicerinado, neutro. Composição mínima: sabão de ácidos graxos de coco/babaçu, sabão de ácidos graxos de sebo, sabão de ácidos graxos de soja, coadjuvante, glicerina, agente antiredepositante e água - Pacote com 5 unidades de 200 g cada.	pacote	2		
15	Saco de pano alvejado, comprimento mínimo 70 cm, largura mínima 50 cm, material algodão cru, características adicionais tipo saco, aplicação limpeza de chão, com costuras laterais, alta absorção	unidade	20		
16	Flanela branca, 100% algodão, tamanho 40 x 60 cm, para polimento de móveis e limpeza em geral	unidade	10		
17	Disco abrasivo limpador para remoção de ceras, utilizado para enceradeira industrial, de cor verde	unidade			3
18	Disco lustrador amarelo, utilizado para enceradeira industrial	unidade			6
19	Saco plástico de polietileno para lixo - capacidade 100 litros - cor preta - pacote com 100 unidades, confeccionado de acordo com NBR-9191 de 2008	pacote	5		
20	Saco plástico de polietileno para lixo - capacidade 40 litros - cor azul - pacote com 100 unidades, confeccionado de acordo com NBR-9191 de 2008	pacote	5		
21	Luva látex EPI, para uso em trabalhos de limpeza, higiene e gerais	par	14		
22	Limpa computador: contendo no mínimo 200 ml, limpeza a seco de computadores e eletroeletrônicos, com ativos especiais que removem a sujeira, poeira e oleosidade sem agredir. Fórmula concentrada em gel, que proporciona limpeza segura e secagem rápida	frasco	5		

23	Escova para limpeza sanitária, tipo lavatina, base de propileno e diâmetro de 7cm com cerdas em nylon sintético, sem alça, cabo em polipropileno medindo 28cm	unidade			10
24	Balde, confeccionado em plástico de alta resistência, mínimo 15 litros, alça de metal	unidade			8
25	Desentupidor de pia – cabo de plástico, alumínio ou metal, exceto de madeira	unidade			6
26	Desentupidor de vaso sanitário – cabo de plástico, alumínio ou metal, exceto de madeira	Unidade			6
27	Vaselina, aspecto líquido oleaginoso, inodora, com coloração de incolor a amarelo.	litro			5
28	Polidor de metal - 250 ml	frasco	5		
29	Materiais e produtos adequados para limpeza e polimento de acrílicos	---			
30	Limpador antiestático para plástico e acrílico, visando impedir o desenvolvimento de cargas estáticas repelindo a poeira – 500 ml	frasco	3		
31	Desodorizador/aromatizador/neutralizador de odores para ambiente, em forma de aerossol, fragrância agradável, não contendo CFC – Clorofluorcarbono. Registro no Ministério da Saúde; embalagem contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade não sendo inferior a 6 meses	Unidade	27		

OBS.: A listagem acima é apenas indicativa e não exaustiva, cabendo ser adequada e dimensionada pela licitante para a boa execução dos serviços. Caso, durante a execução contratual, a **CONTRATADA** identifique a necessidade de fornecimento de itens, produtos ou equipamentos que não estejam expressamente listados neste Termo de Referência, mas que se mostrem indispensáveis para a perfeita realização dos serviços, será de sua inteira responsabilidade providenciá-los, **sem quaisquer custos adicionais à Administração.**

Todos os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade e deverão ser entregues em quantidade suficiente para suprir as necessidades da Subprefeitura do Ipiranga e suas unidades.

As embalagens de sabonete líquido e do álcool em gel deverão ficar disponíveis para consulta e apresentar o número do C.R.Q. – Conselho Regional de Química do Responsável Técnico e o número da Resolução de Autorização do Ministério da Saúde.

2.16.1 Do fornecimento de dispensers para as instalações sanitárias, copas,

refeitórios, salas, corredores:

PAPEL HIGIÊNICO	
UNIDADE	QUANTIDADE
Sede da Subprefeitura Ipiranga	26
Manutenção e Sistema de Drenagem Viário / Unidade de Varrição / Armazenamento	4
Unidade de Áreas Verdes	3
TOTAL	33

PAPEL TOALHA	
UNIDADE	QUANTIDADE
Sede da Subprefeitura Ipiranga	11
Manutenção e Sistema de Drenagem Viário / Unidade de Varrição / Armazenamento	4
Unidade de Áreas Verdes	4
TOTAL	19

SABONETE LÍQUIDO	
UNIDADE	QUANTIDADE
Sede da Subprefeitura Ipiranga	10
Manutenção e Sistema de Drenagem Viário / Unidade de Varrição / Armazenamento	4
Unidade de Áreas Verdes	3
TOTAL	17

DETERGENTE LÍQUIDO	
UNIDADE	QUANTIDADE
Sede da Subprefeitura Ipiranga	2
Manutenção e Sistema de Drenagem Viário / Unidade de Varrição / Armazenamento	1
Unidade de Áreas Verdes	1
TOTAL	4

ÁLCOOL EM GEL	
UNIDADE	QUANTIDADE
Sede da Subprefeitura Ipiranga	7
Manutenção e Sistema de Drenagem Viário / Unidade de Varrição / Armazenamento	2
Unidade de Áreas Verdes	2
TOTAL	11

- a. Instalar os dispensers de papel toalha, sabonete, detergente e álcool em gel nos locais previamente indicados.
- b. Os dispensers devem ser adequados às especificações de cada item descrito, incluindo o tamanho apropriado para cada tipo de produto.
- c. A **CONTRATADA** será responsável pela substituição dos dispensers sempre que estes apresentarem avarias ou defeitos.

2.17 Lista dos materiais, utensílios, maquinários e equipamentos e EPI'S a serem

utilizados, para atender os serviços de limpeza em todas as Unidades

Descrição	Quantidade
Carrinho para transportar lixo	4
Carrinho para transportar materiais de limpeza	8
Carrinho para a execução dos serviços de limpeza	8
Enceradeira industrial	2
Enceradeira caseira	2
Aspirador de pó, com selo antirruído	2
Máquina de lavar piso	3
Máquina polidora de piso	1
Máquina de alta pressão	1
Máquina de limpeza a vapor	1
Andaimes de acordo com a necessidade	1
Escadas de 6 degraus	8
Mop pó 120 cm	10

Mop pó 40 cm	10
Suporte LT	10
Mangueira de jardim com esguicho 50 metros	3
Mangueira de jardim com esguicho 100 metros de acordo com a demanda	1
Balde grande de 15 litros	10
Balde pequeno de 7,5 litros	15
Vassoura de pelo sintético, base plástica tamanho mínimo de 30cm, com cabo incluso de comprimento mínimo 1,20 m.	10
Rodo, com cepa de polipropileno; borracha: duplo; com base medindo entre 30 a 50 cm, base em plástico e cabo de alumínio, com rosca	10

Pá coletora de lixo, material em plástico resistente, com cabo plástico, comprimento cabo: 80 cm	10
Vassoura com cabo, material cerdas sisal, material cabo de madeira, tipo vasculho, aplicação limpeza teto, comprimento cabo 300 cm	3
Vassoura mágica	10
Vassoura nova com cabo	10
Vassoura de piaçava, tipo leque, com cabo de madeira revestido de plástico, fixação do cabo com sistema de rosca. Medida aproximada do cabo: 120 cm. Medida aproximada da vassoura: 30x19x6cm	16
Organizadores de acessórios para fixar vassouras, rodos etc., de acordo com a necessidade	6
Extensões elétricas de 20 metros	3
Extensões elétricas de 10 metros	3
Escovas	10
Espanadores eletrostáticos	10
Assoprador de folhas	1
Luvas de proteção (equipamento individual) para cada funcionário	--
Botas impermeáveis (equipamento individual) para cada funcionário	--
Máscaras de proteção, classificação N95 ou PFF2 (equipamento individual), sendo kit com mínimo de 05 (cinco) máscaras por funcionário	--
Placa sinalizadora de chão, cor amarela, medindo 65 por 30 cm (aproximadamente), contendo a frase "Piso Molhado"	15
Rastelo ancinho em ferro 14 dentes com cabo madeira 1,50cm, para coletar materiais como folhas, grama solta, palha e afins	3

- As máquinas e equipamentos deverão apresentar-se em bom estado, com tensão de alimentação bivolt (110V e 220V), adequada a cada serviço que será realizado.
- As máquinas e equipamentos deverão ser disponibilizados em quantidade necessária para o local de prestação de serviço, conforme especificado no quadro acima, para garantir a prestação do serviço de forma satisfatória.
- Os equipamentos de proteção individual (EPIs) deverão ser quantificados de acordo com o número de funcionários e conforme necessidade de troca.
- A manutenção das máquinas e equipamentos será de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverá realizar reparos e substituições necessárias em caso de

danos ou defeitos, garantindo o funcionamento adequado dos equipamentos durante o período de prestação de serviço.

4. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

- 3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 07 (sete) funcionários**, lotados prioritariamente na **Sede da Subprefeitura do Ipiranga (Rua Lino Coutinho, 444)**, os quais **poderão ser deslocados de forma escalonada** para atendimento das demais unidades vinculadas (Eugênio Falk e Taquarichim), conforme cronograma definido pela CONTRATANTE. Os funcionários devem ser registrados da seguinte forma, garantindo a presença de um líder de equipe, seguindo toda a normativa legal que rege a CLT:

Quantidade	Função
01	Líder
06	Auxiliar de Serviços Gerais

- 3.2** O atendimento às unidades externas (Rua Eugênio Falk, 657 e Rua Taquarichim, 88) **será realizado por meio de rodízio operacional**, sem necessidade de funcionário fixo no local, com frequência e escala previamente definidas pela CONTRATANTE, visando à manutenção adequada das condições de higiene e conservação.
- 3.3** O deslocamento dos funcionários entre a unidade principal e as unidades externas será realizado por motorista da frota própria da Subprefeitura, nos dias e horários previamente definidos pela CONTRATANTE, **não gerando qualquer custo adicional à CONTRATADA**.
- 3.4** O deslocamento eventual dos funcionários entre unidades não caracteriza alteração contratual, acúmulo de função ou mudança de posto de trabalho, tratando-se exclusivamente de organização operacional definida pela CONTRATANTE.
- 3.5** Deverá ser prevista a remuneração com adicional de insalubridade para todos os funcionários, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora 15 (NR-15).
- 3.6** Essa quantidade não considera a limpeza de vidros/janela internos/externos (com exposição a risco) que deve ser realizada por um funcionário somente para este fim ou fora do horário de trabalho normal, conforme item 3.7.

3.7 Funcionário para Limpeza de Vidros/Janelas (com exposição a risco)

- 3.7.1** A CONTRATADA deverá disponibilizar um funcionário especializado para a

execução da limpeza de vidros, tanto das janelas internas quanto externas das unidades com exposição a risco, seguindo a Norma Regulamentadora 35 (NR-35), sendo incluído o valor de periculosidade.

3.7.2 Caberá exclusivamente à **CONTRATADA** fornecer todos os treinamentos, materiais e equipamentos necessários para a realização da atividade, incluindo, mas não se limitando a: produtos de limpeza específicos para vidros/janelas, extensores, rodos, panos, equipamentos de segurança, entre outros, não citados na planilha item 2.17.

3.7.3 A locomoção do funcionário e o transporte dos materiais e equipamentos até as unidades serão de total responsabilidade da **CONTRATADA**, não gerando qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, conforme a frequência definida no item 06.

5. DEFINIÇÕES DE ÁREAS

Área	Descrição
Áreas Internas Pisos Acarpetados	Aquelas áreas revestidas de forração ou carpete.
Áreas Internas Pisos Frios	Aquelas constituídas ou revestidas de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e madeira, incluindo os sanitários.
Áreas Internas Laboratórios	As áreas destinadas exclusivamente para trabalhos de pesquisas e/ou análises laboratoriais.
Áreas Internas Almoxarifados, Galpões, Arquivos	As áreas utilizadas para depósito, estoque, guarda de materiais diversos.
Áreas Internas Oficinas	Aquelas destinadas a executar serviços de reparos, manutenção de equipamentos e materiais, etc.
Áreas Internas com espaços livres	Aquelas com espaços livres como saguão, hall e salão, revestidas com pisos frios ou acarpetados.
Áreas Internas Sanitários De Uso Público Ou Coletivo De Grande Circulação	São consideradas as atividades de limpeza e higienização realizadas de forma permanente e efetiva em instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação em locais de âmbito interno.
Áreas Externas Pisos Pavimentados Adjacentes/Contíguos	Aquelas áreas circundantes aos prédios administrativos, revestidos de cimento, lajota, cerâmica, etc.
Áreas Externas Varrição De Passeios, Calçadas E Arruamentos	Áreas destinadas a estacionamento (inclusive garagens cobertas e garagens internas), passeios, calçadas, alamedas, arruamentos e demais áreas circunscritas nas dependências do CONTRATANTE .
Áreas Externas Pátios E Áreas Verdes - Alta Frequência	Áreas externas nas dependências do CONTRATANTE que necessitam de limpeza semanal.
Áreas Externas Pátios E Áreas Verdes - Média Frequência	Áreas externas nas dependências do CONTRATANTE que necessitam de limpeza quinzenal.

Áreas Externas Pátios E Áreas Verdes - Baixa Frequência	Áreas externas nas dependências do CONTRATANTE que necessitam de limpeza mensal.
Áreas Externas Coleta De Detritos Em Pátios E Áreas Verdes – Frequência Diária	Consideram-se áreas externas com e sem pavimentos, pedregulhos, jardins e gramados.
Vidros Externos - Frequência Trimestral E Semestral (Com Ou Sem Exposição À Situação De Risco)	São considerados como vidros externos aqueles localizados nas fachadas das edificações e são compostos por face interna e face externa. A quantificação da área dos vidros externos deverá se referir somente a uma de suas faces.

6. ÁREA ESTIMADA

5.1 As áreas a serem consideradas para cada tipo de serviço correspondem às quantidades obtidas da projeção horizontal de cada ambiente, isto é, a áreas de planta baixa. Para reforçar esse conceito, a área a ser quantificada é a de piso, sem considerar as áreas verticais de paredes, portas, divisórias, divisórias com vidros e afins, cujos serviços estão contemplados nos itens correspondentes a limpeza dos pisos.

5.2 A prestação dos serviços deverá ser executada nas áreas abaixo descritas:

	Área	Rua Lino Coutinho, 444 (m²)	Rua Lino Coutinho, 445 (m²)	Rua Eugenio Falk (m²)	Rua Taquarichim, 88 (m²)
Áreas Internas	piso frio	1150	14,6	458,75	262
	arquivo/almojarifado	25,86	0	50	24
	áreas internas com espaços livres	608,38	0	0	50
	sanitários de grande circulação	68,43	0	0	29
Áreas Externas	pisos pavimentados adjacentes	345,91	0	30	0
	varrição de arruamentos	0	1.029,84	0	25
	pátios alta frequência	690,48	0	40	0
	coleta de detritos	767,38	0	0	710
	vidros externos	285	5	40	85

5.3 As áreas não citadas na tabela acima devem ser consideradas zeradas.

7. FREQUÊNCIA DOS SERVIÇOS

6.1 DIARIAMENTE

- 6.1.1** Remover o pó das mesas, telefones, cadeiras, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, dos aparelhos elétricos, dos extintores de incêndio etc.;
- 6.1.2** Varrer, limpar com pano úmido, remover manchas, lustar pisos com produtos e equipamentos adequados para cada tipo de revestimento

(piso frio, emborrachado, madeira e similares) em todas as áreas internas, hall, recepções, praça de atendimento, depósitos, escadas, etc. removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local indicado pela **CONTRATANTE**.

- 6.1.3** A limpeza e desinfecção dos pisos devem ser seguidas técnicas de varredura úmida com esfregão ou mop úmido com produtos padronizados e diluídos adequadamente (não utilizar pano de chão).
- 6.1.4** Recolher o lixo de todos os cestos existentes, mantendo em condições adequadas durante todo o horário previsto de uso, principalmente das instalações sanitárias utilizando-se de sacos plásticos nas cores: vermelho para plástico, metal, vidro; azul para papel e preto para lixo orgânico, oriundo dos sanitários, copas, cozinhas, refeitórios.
- 6.1.5** Todos os cestos de lixo existentes sob as mesas de trabalho, assim como os recipientes de coleta seletiva de papel, deverão ser mantidos revestidos de saco plástico na cor azul e deverão ser mantidos limpos, higienizados e isentos de detritos.
- 6.1.6** Todos os recipientes existentes ao lado de bebedouros e máquinas de café, assim como os recipientes de coleta seletiva de plástico deverão ser mantidos revestidos de saco plástico na cor apropriada e deverão ser mantidos limpos, higienizados e isentos de detritos.
- 6.1.7** Recolher e ensacar todo o lixo a ser reciclado e o lixo orgânico em sacos plásticos nas cores apropriadas e, após, depositá-los em locais a serem indicados pela **CONTRATANTE**, a fim de que sejam destinados, respectivamente, à Cooperativa ou empresa conveniada, à coleta seletiva de RSSS – Resíduo Sólido de Serviços da Saúde e ao Serviço de Limpeza Pública.
- 6.1.8** Lavar e desinfetar, com produtos adequados e aroma floral os vasos sanitários, lavatórios, mictórios, pisos e azulejos de todos os sanitários, mantendo a conservação a higiene e abastecendo os mesmos com papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido sempre que necessário, promovendo limpeza geral 2 (duas) vezes ao dia com repasse/revisão/revisita no local à cada 2 (duas) horas aplicando saneantes domissanitários e recolhendo lixos.
- 6.1.9** Limpar e desinfetar com produtos adequados e de aroma floral os pisos, azulejos dos vestiários.
- 6.1.10** Limpar e desinfetar com produtos adequados e de aroma floral os pisos, azulejos das cozinhas, copas e refeitórios, limpar micro-ondas, geladeiras e outros acessórios de uso nas copas e refeitórios, bem como abastecer os locais com papel toalha, detergente e álcool em gel.
- 6.1.11** Limpeza no chão e higienização das mesas e cadeiras das cozinhas, copas e refeitórios serão realizados nos seguintes horários: 08h00,

11h00 e 14h00.

- 6.1.12** Executar a limpeza dos espelhos existentes nas instalações da **CONTRATANTE**, com produtos e técnicas apropriadas, mantendo-os em adequadas condições de higienização, durante todo o horário previsto de uso.
- 6.1.13** Limpar/remover o pó de capachos e tapetes;
- 6.1.14** Aspirar o pó e remover manchas existentes nos assentos de cadeiras e poltronas (se houver), em tapetes e carpetes com produto adequado, mantendo a conservação dos mesmos;
- 6.1.15** Executar limpeza em sofás, poltronas e assentos de cadeiras com revestimento de tecidos, napa, etc. com equipamento e técnica apropriada.
- 6.1.16** Lavar os cinzeiros situados do lado externo dos edifícios;
- 6.1.17** Suprir e executar limpeza em bebedouros e máquinas de café, se houver, sempre que necessário;
- 6.1.18** Executar limpeza dos pisos das Áreas Externas, onde serão limpos os locais por meio de varredura e recolhimento ou por meio de baldes, escovão onde será permitida a lavagem com água de reuso ou outras fontes de água (água de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes, bacteriológicos, minas e outros). É vedada a utilização de água potável, conforme item 9.5
- 6.1.19** Limpar e polir os acrílicos com produtos e equipamentos apropriados, como espanadores, água e sabão ou detergente, que não sejam abrasivos, pano limpo e macio, a fim de evitar riscos no material.
- 6.1.20** Limpeza de equipamentos eletrônicos: somente com pano úmido e produtos adequados – gel multilimpador para limpeza de microcomputadores. Limpar com pano úmido com álcool 70° teclados, mouse, painel de impressoras, que tenham uso coletivo.
- 6.1.21** No caso de suspensão de pessoas com potencial de contaminação por agentes biológicos (como por exemplo COVID-19), realizar a fricção das áreas a serem limpas com pano descartável úmido com derivados de quaternário de amônio ou hipoclorito de sódio ou álcool 70°, não necessitando de enxague e devem secar naturalmente.
- 6.1.22** Varrer as áreas pavimentadas removendo detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo **CONTRATANTE**.
- 6.1.23** Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas externas (pátios, áreas verdes, passeios, arruamentos, pisos adjacentes/contíguos às edificações, calçamento), acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo **CONTRATANTE**,

observada a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita, de propriedade do **CONTRATANTE**.

- 6.1.24** Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;
- 6.1.25** Limpar os elevadores com produtos adequados, incluindo os revestimentos de alumínio e/ou metálicos, bem como efetuar sua desinfecção com álcool 70% em períodos de crises de doenças pandêmicas;
- 6.1.26** Efetuar a varrição e remoção de pó dos elevadores;
- 6.1.27** Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

6.2 SEMANALMENTE

- 6.2.1** Limpar os azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;
- 6.2.2** Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- 6.2.3** Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;
- 6.2.4** Limpar/polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxidade ou atóxicos;
- 6.2.5** Encerar e lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares;
- 6.2.6** Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
- 6.2.7** Encerar e lustrar todas as áreas internas revestidas de pisos que requeiram tal procedimento com produtos e equipamentos apropriados.
- 6.2.8** Executar limpeza geral nas cozinhas, copas e refeitórios lavando e desinfetando com produtos adequados e de aroma floral todos os pisos, azulejos, exaustores, coifas, mesas, cadeiras, marmiteiros, micro-ondas, etc.
- 6.2.9** Lavar os pisos das áreas externas (pátios, áreas verdes, passeios, arruamentos, pisos adjacentes/contíguos às edificações), observados os regramentos estabelecidos pelo item- Utilização da Água;
- 6.2.10** Todo tipo de limpeza pesada poderá ser realizado aos sábados, enquadrando-se no que segue:
 - a)** demande deslocamento de móveis;
 - b)** demande deslocamento do funcionário de sua estação de trabalho;
 - c)** influencie o fluxo e deslocamento de funcionários nas Unidades;
 - d)** grau de periculosidade (a funcionários e contribuintes);
 - e)** grau de ruído;

f) material e equipamentos utilizados.

6.2.11 Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal, inclusive aos sábados, que porventura, não tenham sido relacionados acima.

6.3 QUINZENALMENTE

6.3.1 Executar a limpeza geral nos mobiliários e depósitos de arquivos mortos, providenciando aspiração e limpeza adequada nos materiais tais como livros, pastas de arquivos, etc., com acompanhamento do responsável do respectivo Setor da **CONTRATANTE**.

6.3.2 Nos almoxarifados existentes nos locais onde serão prestados os serviços, remover o pó das prateleiras, bancadas, armários, bem como dos demais móveis existentes, com acompanhamento de representante do respectivo Setor.

6.3.3 Executar a limpeza das persianas/cortinas em geral, em ambas as faces, com produtos e técnicas apropriadas, caso constatada a sua necessidade, fora da periodicidade quinzenal.

6.3.4 Executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal, que porventura não tenham sido relacionados acima.

6.4 MENSAL

6.4.1 Executar limpeza geral, mais detalhada, em todos os tipos de pisos, portas, janelas, teto etc.

6.4.2 Limpar / remover manchas de forros de gesso, paredes e rodapés.

6.4.3 Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, lâmpadas, aletas e difusores.

6.4.4 Executar limpeza/higienização mais detalhada em sofás, poltronas e assentos de cadeiras com revestimento de tecidos, napa, etc. com equipamento e técnica apropriada, em dia e horário a serem estipulados pela **CONTRATANTE** e, se for o caso, em intervalo menor.

6.4.5 Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal, que porventura, não tenham sido relacionados acima.

6.4.6 Proceder revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

6.5 TRIMESTRAL

6.5.1 Lavar tapetes, capachos e áreas internas revestidas com carpetes, se houver, com equipe qualificada e especializada para a realização dessa atividade, com a utilização de maquinários e produtos apropriados, em dias pré-determinados pela **CONTRATANTE**, sem causar prejuízo da execução dos serviços diários.

- 6.5.2 Tratamento de piso com remoção de cera e reposição.
- 6.5.3 Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral, que porventura, não tenha sido relacionado acima

6.6 VIDROS INTERNOS/EXTERNOS (COM OU SEM EXPOSIÇÃO A RISCO)

- 6.6.1 Consideram-se janelas e vidros com exposição a risco aqueles instalados em locais com possibilidade de acidentes ou danos durante a limpeza ou manutenção, tais como:
 - 6.6.1.1 Fachadas externas em altura (acima do 1º pavimento);
 - 6.6.1.2 Vidros voltados para áreas externas com circulação de veículos ou pedestres;
 - 6.6.1.3 Janelas com difícil acesso (precisa de escada, plataforma ou EPI);
 - 6.6.1.4 Vidros próximos a locais com risco de impacto (ex: áreas de carga e descarga);
 - 6.6.1.5 Superfícies de vidro expostas diretamente à ação do tempo (chuva, sol, vento forte);
 - 6.6.1.6 Estruturas de vidro em coberturas, claraboias ou marquises.
- 6.6.2 Os serviços serão executados pela **CONTRATADA** na seguinte frequência:

6.6.2.1 SEMANAL:

- 6.6.2.2 Limpeza com pano de microfibra e produto neutro.
- 6.6.2.3 Remoção de manchas, marcas de dedos e respingos.
- 6.6.2.4 Limpeza das esquadrias e trilhos (se houver).
- 6.6.2.5 Registro de qualquer anormalidade (vidro solto, danificado, etc).

6.6.3 QUINZENALMENTE

- 6.6.3.1 Limpeza de vidros internos com acesso seguro.
- 6.6.3.2 Verificação de acúmulo de sujeira em áreas externas parcialmente cobertas.
- 6.6.3.3 Reforço na limpeza de janelas em áreas com maior exposição a poeira ou poluição.

6.6.4 TRIMESTRALMENTE

- 6.6.4.1 Limpeza técnica de vidros externos com uso de equipamentos específicos (andaimes, plataformas elevatórias ou técnicas de alpinismo industrial, quando necessário).
- 6.6.4.2 Inspeção das condições estruturais dos vidros e esquadrias (trincas, folgas, falhas na vedação).

6.6.4.3 Limpeza completa de coberturas envidraçadas, claraboias e marquises.

6.7 UTILIZAÇÃO DA ÁGUA

- 6.7.1** A limpeza dos pisos pavimentados somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de baldes, panos molhados ou escovão, sendo expressamente vedada a lavagem com água potável, exceto em casos em que se confirme a presença de material contagioso ou outros que tragam danos à saúde.
- 6.7.2** Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

6.8 QUANTIDADE MÍNIMA DE MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA

Os serviços de limpeza e asseio para pisos frios, elevado/laminado, incluindo ajudante geral para serviços diversos, bem como limpeza de vidros face interna e externa, serão de responsabilidade da **CONTRATADA** que deverá disponibilizar a quantidade de funcionários suficiente para atender às necessidades da Subprefeitura do Ipiranga e suas unidades, observando a quantidade mínima estabelecida.

7 FLUXO

7.1 A fim de estabelecer parâmetros sobre a disponibilidade de insumos o fluxo médio diário nas unidades está estabelecido no quadro abaixo:

Unidade	Funcionários	Munícipes
Rua Lino Coutinho (s/n e 444)	235	20
Rua Eugenio Falk, 657	50	0
Rua Taquarichim, 88	15	0

OBS.: O quadro inclui funcionários efetivos, equipes terceirizadas e estagiários.

8 PRAZOS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

8.1 ORDEM DE INÍCIO:

8.1.1 Os serviços de limpeza deverão ser iniciados no dia subsequente da assinatura do contrato.

8.2 ENTREGA DE ITENS E CRONOGRAMA:

8.2.1 A CONTRATADA deverá realizar entrega dos materiais de consumo essenciais no primeiro dia de execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- a. Papel Higiênico;
- b. Papel Toalha;
- c. Sabonete Líquido;
- d. Sacos de Lixo;
- e. Produtos básicos de limpeza.

8.2.2 Os itens de maior complexidade logística ou de instalação, tais como suportes, dispensers específicos, equipamentos de limpeza profissional ou outros materiais duráveis, **poderão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato**, desde que haja, **alinhamento prévio com a fiscalização e a gestão do contrato**, garantindo que o atraso na entrega desses itens **não comprometa a qualidade e continuidade dos serviços prestados**.

8.3 LIMPEZA DE VIDROS E JANELAS:

8.3.1 A limpeza completa dos vidros, incluindo janelas internas e externas acessíveis, deverá ser realizada **em até 10(dez) dias corridos**, após assinatura do contrato.

8.3.2 A limpeza dos vidros e janelas internas e externas não acessíveis, deverá ser realizada **em até 30 (trinta) dias corridos**, após assinatura do contrato.

9 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS – BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

- 9.1** Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como redução de produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes.
- 9.2** Responsabilizar-se pelo preenchimento do Formulário de Ocorrências a ser fornecido pelo

CONTRATANTE.

- 9.3** Quando houver ocorrências, o encarregado deverá entregar ao **CONTRATANTE** o Formulário de Ocorrências para Manutenção devidamente preenchido e assinado.
- 9.4** Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas:
 - 9.4.1** Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e em chuveiros;
 - 9.4.2** Saboneteiras e toalheiros quebrados;
 - 9.4.3** Lâmpadas queimadas ou piscando;
 - 9.4.4** Tomadas e espelhos soltos;
 - 9.4.5** Fios desencapados;
 - 9.4.6** Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; e

9.4.7 Carpete solto.

9.5 **USO RACIONAL DA ÁGUA**

- 9.5.1 A **CONTRATADA** deverá capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água. Essa capacitação poderá ser feita por meio do material oferecido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) sobre o uso racional da água, disponível em seu site. Os conceitos deverão ser repassados para a equipe por meio de multiplicadores.
- 9.5.2 A **CONTRATADA** deverá adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto Estadual nº 48.138, de 07 de outubro de 2003.
- 9.5.3 Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, devendo os encarregados atuarem como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da **CONTRATADA**.
- 9.5.4 Como exemplo: sempre que possível, usar a vassoura e não a mangueira para limpar áreas externas. Se houver uma sujeira localizada, usar a técnica do pano umedecido.
- 9.5.5 Sempre que adequado e necessário, a **CONTRATADA** deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica cuja utilização será precedida de avaliação pelo **CONTRATANTE**, ponderando as vantagens e as desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, adotar as de pressão com vazão máxima de 360 (trezentos e sessenta) litros/hora.
- 9.5.6 Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

9.6 **USO RACIONAL DA ENERGIA ELETRICA**

- 9.6.1 Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- 9.6.2 Durante a limpeza noturna, quando permitido, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas.
- 9.6.3 Comunicar ao **CONTRATANTE** sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.
- 9.6.4 Sugerir ao **CONTRATANTE** locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outros.

- 9.6.5 Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não estão impedindo a saída do ar-condicionado ou aparelho equivalente.
- 9.6.6 Verificar as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, entre outros, e se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, o sistema de proteção elétrica.
- 9.6.7 Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas em seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes de aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- 9.6.8 Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo **CONTRATANTE**.

9.7 REDUÇÃO DE PRODUTOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- 9.7.1 Separar e entregar ao **CONTRATANTE** pilhas e baterias para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos. Alternativamente, poderão ser entregues aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias para repasse aos fabricantes ou importadores. Assim, estes adotarão, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados, em face dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado desses materiais. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA nº 401, de 5 de novembro de 2008.
- 9.7.2 Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral.
- 9.7.3 Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final e ambientalmente adequada, tendo em vista que estes constituem passivo ambiental, que resulta sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, bem como à Instrução Normativa do IBAMA nº 01, de 18 de março de 2010.
- 9.7.4 Quando implantado pelo **CONTRATANTE** Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo **CONTRATANTE**. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a **CONTRATADA** deverá observar as seguintes regras:
 - 9.7.4.1 **MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS:** Materiais denominados “rejeitos”, para os quais ainda não são aplicadas técnicas de reaproveitamento. Dentre eles: banheiro, papel higiênico, lenço de papel e outros como cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, teco de cigarro, cinza e ciscos (que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para

destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos, cristais, pilhas (acondicionadas em separado e enviadas ao fabricante).

9.7.4.2 MATERIAIS RECICLÁVEIS: Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores (VERDE para vidro, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico, AZUL para papel e BRANCO para lixo não reciclável).

9.7.5 Quando implantadas operações de compostagem ou fabricação de adubo orgânico pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá separar os resíduos orgânicos da varrição de parques (folhas, gravetos etc.) e encaminhá-los posteriormente para as referidas operações, de modo a evitar sua disposição em aterro sanitário.

9.7.6 Fornecer sacos de lixo nos tamanhos adequados à sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como à redução da destinação de resíduos sólidos.

9.7.7 Otimizar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de responsabilidade da **CONTRATADA**, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

9.7.8 Observar, quando pertinente, as disposições da Lei Municipal de São Paulo nº 14.973/2009 e o Decreto nº 58.701/2019, quanto à organização de sistemas de coleta seletiva nos grandes geradores de resíduos sólidos, bem como o recolhimento periódico dos resíduos coletados e o envio destes para locais adequados que garantam o seu bom aproveitamento, ou seja, a reciclagem.

9.8 SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

9.8.1 Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

9.8.2 Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, ser livre de corantes e ter redução drástica de hipoclorito de sódio.

9.8.3 Manter critérios de qualificação de fornecedores, levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas.

9.8.4 Observar rigorosamente, quando da aplicação ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento às prescrições do Art. 44 da Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976,

e do Art. 67 do Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, as prescrições da Resolução ANVISA nº 40, de 5 de junho de 2008, cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e do Contratante são os Anexos da referida Resolução: ANEXO I – Tipos/Categorias de produtos de limpeza e afins e ANEXO II – Rotulagem para produtos de limpeza e afins.

- 9.8.5** Fornecer saneantes domissanitários devidamente notificados ou registrados no órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde, em conformidade com o Decreto Federal nº 8.077, de 13 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.
- 9.8.6** Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme Resolução RDC nº 34, de 16 de agosto 2010, e os Anexos 4 e 5 da Portaria 321/MS/SNVS, de 08 de agosto de 1997, assim como o Art. 4 da Lei Federal nº 13.236, de 29 de dezembro de 2015.
- 9.8.7** Em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, deve-se aplicar somente saneantes domissanitários cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição, sejam biodegradáveis, conforme disposições da Resolução nº 180, de 03 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários:
- 9.8.7.1** Considera-se biodegradável a substância tensoativa suscetível de decomposição e biodegradação por micro-organismos, com grau de biodegradabilidade mínimo de 90%. Fica definido como referência de biodegradabilidade, para esta finalidade específica, o n- dodecilbenzeno sulfonato de sódio. A verificação da biodegradabilidade será realizada pela análise da substância tensoativa aniônica utilizada na formulação do saneante ou no produto acabado;
- 9.8.7.2** O **CONTRATANTE** poderá coletar uma vez por mês, e sempre que julgar necessário, amostras de saneantes domissanitários, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, para análises laboratoriais; e
- 9.8.7.3** Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados pela Secretaria de Vigilância Sanitária. Deverão constar obrigatoriamente no laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, resultados da análise química da amostra analisada.
- 9.8.8** Quando da aplicação de álcool, deverá se observar a Resolução RDC nº 46, de 20 de fevereiro de 2002, que aprova o regulamento técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro.
- 9.8.9** Fica terminantemente proibido, sob qualquer hipótese na prestação de serviços de limpeza e higienização predial, o fornecimento, a utilização e

aplicação de saneantes domissanitários ou produtos químicos que contenham ou apresentem em sua composição:

- 9.8.9.1** Corantes – relacionados no Anexo I da Portaria nº 9 MS/SNVS, de 10 de abril de 1987;
- 9.8.9.2** Saneantes Domissanitários de Risco I – listados pelo Art. 5º da Resolução nº 336, de 30 de julho de 1999, e em conformidade com a Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001;
- 9.8.9.3** Saneantes Domissanitários fortemente alcalinos – apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol) ou líquido para pulverização, tais como produtos desengordurantes, conforme Resolução RDC nº 32, de 27 de junho de 2013;
- 9.8.9.4** Benzeno – conforme Resolução RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003, e recomendações dispostas na Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, pelo Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, e pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, uma vez que de acordo com estudos da IARC (International Agency Research on Cancer), agência de pesquisa referenciada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), a substância benzeno foi categorizada como cancerígena para humanos;
- 9.8.9.5** Inseticidas e raticidas – nos termos da Resolução Normativa do Conselho Nacional de Saúde nº 01, de 04 de abril de 1979.
- 9.8.10** Os produtos químicos relacionados pela **CONTRATADA**, de acordo com sua classificação de risco, composição, fabricante e utilização, deverão ter notificação ou registro deferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde, conforme Resolução RDC nº 59, de 22 de dezembro de 2010. A consulta ao site da ANVISA está disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/saneantes>.
- 9.8.11** Recomenda-se que a **CONTRATADA** utilize produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato.
- 9.8.12** Apresentar ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, a composição química dos produtos para análise e precauções, com possíveis intercorrências que possam surgir com profissionais da **CONTRATADA** ou com terceiros.

9.9 POLUIÇÃO SONORA

- 9.9.1** Para os equipamentos de limpeza que geram ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel — dB(A) —, conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

9.10 BOAS PRÁTICAS CONTRA O MOSQUITO AEDES AEGYPTI

9.9.1 Adotar, durante a realização dos trabalhos, objetos deste Termo de Referência, rotinas para evitar o acúmulo de água parada, e consequentemente, criadouros do mosquito Aedes Aegypti.

a) Manter os recipientes de água dos vasos de plantas secos ou com areia.

b) Informar a **CONTRATANTE** e remover qualquer objeto que venha acumular água.

8 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

10.1 Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados.

10.2 Indicar as instalações sanitárias.

10.3 Destinar local para guarda de saneantes domissanitários, materiais e equipamentos.

10.4 Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela

CONTRATADA.

10.5 Indicar formalmente o gestor e fiscal para acompanhamento da execução contratual.

10.6 Fornecer à **CONTRATADA**, se solicitado, o Formulário de Ocorrências para Manutenção.

10.7 Receber da **CONTRATADA** as comunicações registradas nos Formulários de Ocorrências, devidamente preenchidos e assinados, encaminhando-os aos setores competentes para as providências cabíveis.

10.8 Disponibilizar os programas de redução de energia elétrica, uso racional de água e, caso já implantado, o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, bem como os recipientes coletores adequados para a coleta seletiva de materiais secos recicláveis, seguindo a padronização internacional para a identificação por cores.

10.9 Receber os descartes, encontrados pela **CONTRATADA** durante a execução dos serviços, de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, responsabilizando-se pela entrega aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para o tratamento ou destinação final.

10.10 Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral.

10.11 Receber os pneumáticos inservíveis, abandonados ou dispostos inadequadamente e encontrados pela **CONTRATADA** durante a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo encaminhamento aos fabricantes para a devida destinação final.

10.12 Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas aplicando-se os devidos fatores de desconto, conforme relatório de

avaliação da qualidade dos serviços prestados.

9 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- 11.1 A CONTRATADA**, além da disponibilização de mão de obra, dos materiais de higiene, saneantes domissanitários, dos materiais e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza de áreas envolvidas, obriga-se a:
- 11.1.1** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente. Dar início aos serviços contratados conforme condições estabelecidas na Ordem de Início.
 - 11.1.2** Executar os serviços contratados em conformidade com as exigências fixadas nas cláusulas contratuais, com funcionários treinados e capacitados para o desempenho de suas atribuições, responsabilizando-se integralmente pelo fiel cumprimento do ajuste, nos termos da legislação vigente e Norma Regulamentadora 33(NR-33) quando aplicável.
 - 11.1.3** Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.
 - 11.1.4** Designar por escrito um Supervisor que visitará os locais onde serão realizados os serviços, para inspecionar sua qualidade; responderá pelos apontamentos de ocorrências e relatórios mensais a serem apresentados e, ainda, por possíveis ocorrências durante a execução do Contrato perante o Representante da **CONTRATANTE**.
 - 11.2** Designar encarregado responsável com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos, sendo o mesmo, capacitado para avaliar a execução dos serviços e determinar sua correção, no caso de não serem realizados a contento e responderá pela não execução dos serviços dentro dos padrões solicitados pela **CONTRATANTE**.
 - 11.2.1** O encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade informando fatos que estejam ocorrendo, ao preposto dos serviços da **CONTRATANTE** e tomar as providências pertinentes.
 - 11.2.2** O encarregado deverá fornecer escala diária dos funcionários, registrando efetuando relatório dos serviços realizados diariamente, bem como as ocorrências surgidas.
 - 11.3** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados, com mal súbito ou problemas de saúde em geral.
 - 11.4** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.
 - 11.5** Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por meio de sistema biométrico ou relógio de ponto.
 - 11.6** Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como, coleta seletiva e prevenção de incêndio nas áreas da **CONTRATANTE**, ressaltando a importância de utilização

dos EPIs.

- 11.7** Disponibilizar empregados em quantidade necessária que irão prestar serviços, devidamente registrados em suas carteiras de trabalho, uniformizados em padrão único, incluindo blusas de frio e toucas, devidamente calçados em boas condições de higiene e limpeza, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs tais como luvas, botas, entre outros compatíveis com o nível de risco e/ou insalubridade, com o fim de evitar ocorrências de acidente no ambiente de trabalho e portando crachá da empresa contendo nome, registro funcional, função e fotografia recente.
- 11.8** Manter seus funcionários identificados com crachás da PMSP nos locais de execução de serviço que possuam sistema de acesso, a serem fornecidos e controlados pela **CONTRATANTE**;
- 11.9** Incumbe à **CONTRATADA** garantir, sob sua responsabilidade, que o uso e/ou guarda dos crachás de ingresso da **CONTRATANTE** ocorra de forma responsável, segura e confiável.
- 11.10** Havendo perda, extravio ou danificação do crachá, a **CONTRATANTE** lavrará termo com o fim de apurar os fatos e responsáveis pela ocorrência. A reposição do mesmo ocorrerá com contrapartida de ressarcimento de seu valor à PMSP, a ser definido à época, via recolhimento aos cofres municipais por Guia própria.
- 11.11** Findo o Contrato, os crachás serão devolvidos à **CONTRATANTE** em condições de serem reutilizados, sob a pena de se recair na situação de ressarcimento prevista no subitem 10.14.
- 11.12** Instruir seus funcionários a manter postura profissional, devendo ser orientados, inclusive, a não circular nos setores e andares fora do horário convencionado, a não ser por motivo de execução dos serviços determinados e/ou solicitados.
- 11.13** Os funcionários da **CONTRATADA** deverão permanecer no local determinado pela **CONTRATANTE**, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de pessoas desautorizadas no Setor.
- 11.14** Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da **CONTRATANTE**.
- 11.15** Atender de imediato as solicitações da **CONTRATANTE** quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços
- 11.15.1** Substituir, no prazo de 02 (duas) horas, o funcionário ausente por motivo de falta ou afastamentos legais de qualquer natureza.
- 11.15.2** Substituir o funcionário em gozo de férias.
- 11.6** Apresentar cópia da ficha cadastral e relação dos nomes dos funcionários que serão alocados para a execução dos serviços de limpeza, no início da vigência contratual, de forma individualizada por Unidade onde serão prestados os serviços.
- 11.6.1** A relação de funcionários descrita acima deverá ser devidamente atualizada quando houver qualquer alteração.
- 11.7** Designar funcionários devidamente treinados para executar os serviços de limpeza e coleta de todo o lixo processado nas instalações da **CONTRATANTE**, em

conformidade com as normas vigentes de coleta seletiva.

- 11.8** Manter, sob sua responsabilidade, estoque de material de higiene, de limpeza, de utensílios e equipamentos dentro das normas de qualidade indicada e em quantidade suficiente para atender a demanda da **CONTRATANTE**.
- 11.9** O abastecimento dos materiais de consumo (higiene e limpeza) deverá ser efetuado em almoxarifado a ser instalado no Setor, com encaminhamento de cópia da Nota Fiscal de aquisição dos mesmos à **CONTRATANTE**. Os materiais de higiene deverão ser abastecidos quinzenalmente e os materiais de limpeza mensalmente.
- 11.9.1** A **CONTRATADA** deverá manter estoque de material de higiene ou limpeza em quantidades suficientes para que a execução dos serviços ocorra de maneira satisfatória.
- 11.9.2** Os materiais deverão ser controlados e distribuídos, a cada turno de equipe por funcionário da empresa designado como encarregado.
- 11.10** Apresentar à **CONTRATANTE**, todo início de semana, histórico do estoque dos materiais de higiene e limpeza utilizados na semana anterior, e estocados.
- 11.11** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso.
- 11.11.1** Os equipamentos que sofrerem avarias, defeitos ou estejam danificados deverão ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.11.2** Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica da **CONTRATANTE**, principalmente as extensões elétricas, que devem estar sempre em bom estado.
- 11.11.3** Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da **CONTRATANTE**.
- 11.11.4** O funcionário da **CONTRATADA** responsável pelo Almoxarifado deverá controlar os estoques além de manter os utensílios, as máquinas e equipamentos sempre limpos e organizados e, também, manter em ordem as mangueiras e extensões elétricas, entre outros itens.
- 11.12** Prestar os serviços com bom padrão de qualidade e bom atendimento, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 11.13** Os materiais de higiene a serem distribuídos nos dispensers, nos toalheiros e saboneteiras das instalações da **CONTRATANTE** deverão atender à quantidade necessária de cada local de prestação de serviço.
- 11.14** Disponibilizar em quantidade suficiente as máquinas para lavagem de pisos, e demais equipamentos, que deverão possuir protetores externos de borracha, objetivando não danificar os móveis, paredes ou divisórias, e serem utilizadas com observância às técnicas, normas recomendações cabíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas.
- 11.15** Observar conduta adequada na utilização dos produtos de limpeza, materiais, utensílios e equipamentos, visando à correta higienização das instalações objeto da

prestação de serviços e, ainda, substituir qualquer desses itens que forem julgados pela **CONTRATANTE** como danoso ou inconvenientes à saúde de seus funcionários ou ao seu patrimônio.

- 11.16** Respeitar a legislação vigente e observar as técnicas ambientalmente recomendadas quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários, nas áreas escopo dos serviços, quer seja em qualidade, em quantidade ou destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.
- 11.17** Apresentar relatório todo final de mês informando os serviços executados e ocorrências apresentadas.
- 11.18** Responder e ressarcir os valores dos prejuízos apurados por atos praticados por seus funcionários ou por serviços por eles realizados com produtos e técnicas inadequadas causando danos a equipamentos, móveis, acessórios, de banheiros em geral, pisos, monumentos, portas, janelas e demais bens componentes do patrimônio da **CONTRATANTE**.
- 11.19** Responder, sob qualquer instância legal, por indenização a terceiros, ao patrimônio de terceiros ou ao patrimônio da **CONTRATANTE**, devido a prejuízos causados por queda de objetos, água, produtos e materiais em geral utilizados pelos seus funcionários, especialmente quando da limpeza de vidros, janelas, beiral, sacadas e toldos.
- 11.20** Treinar e instruir seus funcionários para que executem os serviços contratados com técnicas, equipamentos e materiais apropriados, tais como, coleta de lixo comum, coleta seletiva (materiais recicláveis), limpeza em geral, limpeza de vidros, higienização e manutenção diária de banheiros, manuseio dos equipamentos e produtos de limpeza, testes com produtos, etc.
- 11.21** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas.
- 11.22** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os saneantes domissanitários, materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.23** A **CONTRATADA** deverá fornecer e distribuir nos sanitários, papel higiênico, sabonete e papel toalha, de forma a garantir a manutenção de seu abastecimento.
- 11.24** Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da **CONTRATANTE**.
- 11.25** Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à **CONTRATADA** aperfeiçoar a gestão de seus recursos - quer humanos quer materiais - com vistas à qualidade dos

serviços à satisfação da **CONTRATANTE**, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental.

- 11.26** Assumir todos os tributos que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir em decorrência da lavratura do contrato com o objeto em foco.
- 11.27** Arcar com todos os encargos trabalhistas, inclusive os referentes ao trabalho de limpeza de vidro da fachada externa (periculosidade e/ou insalubridade) e obrigações sociais (vale transporte, cesta básica e vale refeição) aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços e, ainda, obrigações de qualquer natureza sendo de ordem trabalhista, civil, criminal, previdenciária e/ou comercial, resultante da prestação de serviços em tela.
- 11.28** Observar o piso salarial correspondente à categoria de cada empregado, definido em lei federal, convenção coletiva estabelecida pelo Sindicato da categoria que compreenda a base territorial do Município de São Paulo ou acordo coletivo de trabalho, os quais também deverão ser observados nos termos do artigo 7º, inciso V da CF e Lei Complementar nº 103/2000.
- 11.29** Apresentar, sempre quando solicitados, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos (FGTS e INSS).
- 11.30** Atender qualquer notificação efetuada por escrito, pela **CONTRATANTE**, no prazo de 24 horas.
- 11.31** A **CONTRATADA** deverá fornecer 2 (dois) conjuntos de uniformes completos a cada empregado, no início da execução do contrato.
- 11.31.1** A partir da data de início da execução dos serviços, os uniformes deverão ser substituídos a cada 6 (seis) meses, ou, a qualquer tempo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após comunicação escrita do **CONTRATANTE**, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.
- 11.31.2** O conjunto de uniformes deverá ser composto de peças compatíveis com a atividade desenvolvida, contendo peças para verão e inverno, estando resguardado ao **CONTRATANTE** o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados.
- 11.32** Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.
- 11.33** Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.
- 11.34** Observar o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, visando promover e preservar a saúde e a integridade dos trabalhadores em decorrência dos riscos (físicos e ambientais) existentes nos ambientes de trabalho, evitando as doenças ocupacionais e os acidentes de trabalho.

12 FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 Não obstante a **CONTRATADA** ser a única e exclusiva responsável pela

execução de todos os serviços, ao **CONTRATANTE** é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo, para isso:

- 12.2** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de profissional da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- 12.3** Examinar as carteiras profissionais dos empregados da **CONTRATADA** para comprovar o registro de função profissional.
- 12.4** Solicitar à **CONTRATADA** a substituição de qualquer saneante domissanitário, material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, que não atendam às necessidades.
- 12.5** Utilizar-se do Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, conforme apêndice 1 do Caderno de Referências Técnicas de Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos.
- 12.6** Executar mensalmente a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados, bem como aqueles não aprovados por inconformidade aos padrões estabelecidos, desde que por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato.

PROCESSO: 6039.2026/0000828-0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-IP/2026

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 01/02

A (empresa)..... inscrita
no CNPJ sob nº, estabelecida
na....., nº....., telefone/fax
nºs....., e-mail....., propõe prestar o
serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

ITEM	OBJETO	Valor TOTAL Mensal	Valor total Anual
1	Prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.	R\$	R\$

Preço total mensal: R\$ (.....)
(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (12 meses): R\$ (.....)
(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. **Prazo de início da prestação dos serviços:** deverão ser iniciados no dia subsequente da assinatura do contrato ou ordem de início.

Fls. 02/02

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo II do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, de de 2026.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

ANEXO III “A”
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Observações: O percentual, a inclusão e a exclusão de cada item da planilha é de responsabilidade da Contratada; Incluir custos e despesas que não estejam discriminados na planilha.

I - Remuneração				
	Faxineiro	Qtde:	%	R\$
	Limpador de vidro	Qtde:	%	R\$
	Encarregado	Qtde:	%	R\$
	Adicional de periculosidade	Qtde:	%	R\$
	Adicional de insalubridade	Qtde:	%	R\$
	Feriado remunerado		%	R\$
	Folguista		%	R\$
	Outros (detalhar)			R\$
Total da remuneração				R\$

II - Benefícios Mensais e Diários				
	Vale transporte		%	R\$
	Vale refeição		%	R\$
	Cesta Básica		%	R\$
	Assistência médica familiar		%	R\$
	Benefício social familiar e natalidade		%	R\$
	Auxílio creche		%	R\$
	Norma Regulamentadora nº 07		%	R\$
	Outros (especificar)			
Total dos benefícios mensais e diários			%	R\$

III - Insumos Diversos				
	Uniforme		%	R\$
	EPI		%	R\$
	Equipamentos		%	R\$
	Material		%	R\$
	Outros (especificar)			
Total insumos diversos			%	R\$

IV - Encargos Sociais e Trabalhistas				
	Previdência social		%	R\$
	FGTS		%	R\$
	SESI		%	R\$
	SENAI		%	R\$
	INCRA		%	R\$
	SEBRAE		%	R\$
	Salário educação		%	R\$
	Seguro contra acidentes de trabalho		%	R\$
	13º salário + adicional de férias		%	R\$
	Afastamento maternidade		%	R\$
	Custo reposição do profissional ausente		%	R\$
	Custo de rescisão		%	R\$
	Outros (detalhar)		%	R\$
Total encargos sociais e trabalhistas			%	R\$

V - Outros serviços				
			%	R\$
Total outros serviços			%	R\$

VI - Benefícios e Despesas Indiretas – BDI				
	Lucro		%	R\$
	Despesas Administrativas / Operacionais		%	R\$
	ISSQN ou ISS		%	R\$
	COFINS		%	R\$
	PIS		%	R\$
	Outras despesas (discriminar)		%	R\$
Total BDI			%	R\$
VII – Valor Total Geral - mensal				R\$
VIII – VALOR TOTAL ANUAL				R\$

Observações:

- a) O percentual, a inclusão e a exclusão de cada item da planilha é de responsabilidade da Contratada;
b) Incluir custos e despesas que não estejam discriminados na planilha
c) Esta planilha tem caráter demonstrativo

Deverá ser informado o Sindicato da categoria profissional considerado na formação de custos da mão de obra.

PROCESSO: 6039.2026/0000828-0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-IP/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de _____ de 20...

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PROCESSO: 6039.2026/0000828-0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-IP/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

ANEXO V

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____
DECLARA:

- 1) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) Que não se encontra declarada inidônea, que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da

Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

- 4) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 5) Que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 6) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 9) Declaração que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

(local do estabelecimento), DIA de MÊS de 2026

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PROCESSO: 6039.2026/0000828-0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-IP/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

ANEXO VI

CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

(BALANÇO PATRIMONIAL)

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

Índice de Liquidez Geral (LG):
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1.00$$

Índice de Liquidez Corrente (LC):
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1.00$$

Índice de Solvência Geral (ISG):
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1.00$$

Assinatura do contabilista devidamente registrado (nome completo, CRC)/

assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)
Nome/RG/CPF/Cargo/Função

PROCESSO: 6039.2026/0000828-0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-IP/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários, utensílios e equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE**

A empresa _____, com sede na _____, nº _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de _____ (microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa), não havendo fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento, **DECLARANDO AINDA:**

- 1)** que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- 2)** que observou e atende plenamente aos requisitos previstos nos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21, quando limita a obtenção dos benefícios às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

São Paulo, ____ de _____ de 2026.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)
Nome/RG/CPF/Cargo/Função